

Acção comunitária

Paralelamente às acções desenvolvidas nos Centros de Protecção Social, procurou-se durante o ano reforçar o trabalho comunitário especialmente junto às famílias consideradas em situação de risco ou que apresentam condições pouco adequadas para a socialização das crianças e junto aos menores que, por uma razão ou outra, se encontram em situação irregular (fugas ou abandono do lar, menores que não frequentam a escola, prática de prostituição, consumo de droga e bebidas alcoólicas, menores sem registo de nascimento etc).

Várias actividades foram desenvolvidas no seio da Comunidade, com apoio de grupos locais, abrangendo adolescentes não enquadrados nos Centros de Protecção Social.

A família foi o alvo de várias acções desenvolvidas na comunidade sendo os seus problemas abordados tanto de uma forma directa como indirectamente.

Dentre as principais acções, destacam-se:

- Criação de grupos de mães versando a abordagem de temas de interesse.
- Orientação às jovens grávidas e mães múltiparas
- Orientação e encaminhamento das famílias aos serviços dos Registos e Notariado para efectuarem o Registo de Nascimento dos filhos.
- Sensibilização das famílias para o enquadramento das crianças na escola.
- Orientação das famílias cujos filhos apresentam problemas de comportamento e as que são portadoras de alguma deficiência.
- Apoio aos grupos comunitários e as Câmaras Municipais no processo de dinamização e implantação de Jardins.

Cooperação institucional

* O controle e a orientação das grávidas jovens, o acompanhamento dos filhos provenientes de mães múltiparas e destas, o seguimento das famílias com crianças desnutridas e o seu

encaminhamento para os serviços competentes, bem como as acções de informação sobre a protecção Materno-Infantil (cuidados a ter durante a gravidez alimentação, vacinação da mãe e da criança e cuidados posteriores) e sobre o Planeamento Familiar especialmente às jovens e mães múltiparas, constituiu uma área privilegiada de intervenção conjunta entre o ICM e o PMI/PF.

** Foi interessante e muito inovador o trabalho conjunto entre o ICM e algumas Escolas, com reflexos positivos na elevação da taxa de sucesso escolar, diminuição da taxa de analfabetismo e de abandono, e de repetência na camada infantil, melhoramento da relação entre professores e alunos, escola e comunidade, bem como na criação de uma imagem da escola como lugar atractivo de convívio, saber e camaradagem.

De entre as principais acções destacam-se:

- a) Participação de um Representante do ICM no Concelho Pedagógico ou Disciplinar e ou Social consoante modalidade adoptada.
- b) Sensibilização dos Professores e da Direcção da Escola para o enquadramento das crianças que apesar de se encontrarem em idade escolar não frequentam a Escola.
- c) Visitas domiciliárias às famílias dos alunos com problemas visando o estudo de caso e posterior seguimento.
- d) Elaboração de Relatórios Sociais e Encaminhamento ao ICASE, dos casos das famílias que apresentam um nível de carência extrema e que dificultam a frequência dos filhos à escola.
- e) Acompanhamento nos Centros de Protecção Social dos alunos com dificuldades de aprendizagem, dos casos repetência, dos alunos em risco de evasão escolar ou com problemas de comportamentos de outra ordem.
- f) Promoção de concursos, intercâmbios, palestras, etc.
- g) Comemoração do dia de criança e do professor.

*** Durante o ano procurou-se intensificar, com resultados positivos, os contactos visando o estabelecimento de uma relação efectiva entre o ICM e a Polícia, que conduziu à realização de algumas acções conjuntas, tais como a participação da Polícia nas acções de formação promovidas pelo ICM; encaminhamento de casos para estudo e decisão sobre o internamento, levantamento de focos de prostituição infantil a nível de alguns Concelhos.

**** O ICM procurou um diálogo permanente com as Câmaras Municipais, de que resultou, por exemplo, a cedência de espaços para instalação das Delegações e actividades correlatas a nível de alguns Concelhos, a cedência das viaturas do Município para as deslocações às zonas distantes, o apoio no melhoramento dos espaços físicos destinadas às crianças, a dinamização de jardins rurais, etc.

Com vista ao estabelecimento de uma acção mais integrada desenvolveu-se, durante o último trimestre do ano, uma acção de sensibilização junto às Câmaras Municipais no sentido da criação de um órgão consultivo municipal relativo aos problemas da menoridade.

No domínio da reinserção social, procurou-se dar continuidade ao processo de consolidação dos quatro Lares Infanto-Juvenis, produtos do desmembramento do ex-Centro Juvenil dos Picos.

Os dois Lares situados em Santa Catarina (Lar I e Lar II) e os outros dois no Concelho da Praia (Lar III e Lar IV -Achadinha), atenderam durante o ano de 1992 aproximadamente setenta jovens com idade compreendida entre os 9 e 17 anos, sendo 49 internos e 21 semi-internos.

Foram, igualmente, encaminhados para famílias substitutas, subsidiadas ou não, varios casos de crianças de diversas idades, abandonadas pelos pais.

No que toca aos adolescentes foi desenvolvido um processo de colocação em emprego, precedido de um contacto com as entidades empregadoras no sentido de os admitirem por um período de formação em exercício e posteriormente o enquadramento dos mesmos nas modalidades que se revelam mais indicadas.

Em matéria de reinserção social, merece igualmente realce o Centro Juvenil Nhô Djunga, que tem por objectivo a educação e reinserção social de crianças, adolescentes e jovens em situação particularmente difícil.

Ao longo do ano transacto o Centro Juvenil deu acompanhamento a 209 crianças e jovens, sendo 50 em regime de internato e os restantes frequentando os diferentes programas formativos, de acordo com as necessidades de cada caso.